

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA, LOCALIZADO NO ESTADO DE ALAGOAS.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2030.**

**METAL INFRAESTRUTURA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ/MF de n.º 18.729.404/0001-86, com sede a Rua J, S/N, Cidade Universitária, Maceió – AL, CEP: 57.073-481 neste ato representada por seu sócio administrador o Sr. João Fernando Sampaio Peixoto, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF de n.º 024.645.024-05, portador da cédula de identidade de n.º 684794 SSP/AL, vem respeitosamente a presença de Vossa Senhoria, apresentar suas **CONTRA-RAZÕES** em face dos recursos impetrados no certame em epígrafe:

**DOS FATOS**

Na data e hora aprazados houve a abertura da fase de lances da referida licitação onde a empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA ofertou o lance mais vantajoso ficando em 1º lugar com o lance de 25,2000% resultando num valor global de R\$ 18.368.947,4822.

Ato contínuo, o sistema acusou o empate entre a METAL INFRAESTRUTURA LTDA e a empresa GPS EMPREENDIMENTOS LTDA pelo fato de a segunda declarar que gozava dos benefícios Lei Complementar 123/2006 conforme o item 4.3 do EDITAL, que segue:

4.3 As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar 123/2006, devendo declarar, em campo próprio no sistema eletrônico, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos estabelecidos em seu art. 3º, e que está apta a

usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei Complementar.

Com isso, a GPS EMPREENDIMENTOS LTDA, já após a fase de lances, cobriu o lance ofertado pela METAL INFRAESTRUTURA LTDA com uma proposta de desconto de 25,2100% resultando num valor global de R\$ 18.366.491,7405.

Posteriormente, a METAL INFRAESTRUTURA LTDA impetrou recurso contra a decisão que aceitou e habilitou a proposta encaminhada pela GPS alegando que esta não poderia se utilizar dos benefícios da LC 123/2006.

Acertadamente a R. Comissão deu provimento ao referido recurso, inabilitando a GPS do certame pelo não atendimento às exigências da Lei para enquadramento como ME ou EPP.

De volta à fase de julgamento e habilitação, a Comissão convocou a METAL INFRAESTRUTURA LTDA, que figurava como a melhor proposta subsequente, para apresentação de sua documentação de proposta de preços e de habilitação.

Desta forma, tempestivamente a METAL encaminhou toda a documentação solicitada e, após análise criteriosa da R. Comissão, foi acertadamente aceita e habilitada no certame em epígrafe.

## **DAS CONTRA-ARGUMENTAÇÕES**

### **DA COMPROVAÇÃO DO PROFISSIONAL FELIPE HERBET VANDERLEY DA SILVA COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A AC2 argumenta que não foi comprovado vínculo com o Engenheiro Mecânico Felipe Herbet Vanderley da Silva, por não ter sido apresentado o contrato de prestação de serviços entre o profissional e a empresa baseando-se no item 8 alínea “d” do Termo de Referência, vejamos:

d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado

de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço relativo à obra de esgotamento sanitário, ou obras similares, conforme alínea "c2" deste subitem.

d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente: - O empregado; - O sócio; - O detentor de contrato de prestação de serviço.

d2) O licitante deverá comprovar, através da juntada de:

- Cópia da ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, a condição de que o mesmo pertence ao quadro do licitante;
- Cópia do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional;
- Cópia de contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum; ou
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

Porém, claramente é comprovado o seu vínculo como responsável técnico da empresa visto que na Certidão do CREA da Metal Infraestrutura Ltda, encaminhada junto a documentação de habilitação técnica, consta o nome do Engenheiro Mecânico Felipe Herbet Vanderley da Silva junto aos Engenheiros Civis Ricardo de Souza Delgado e David Porfirio Pereira da Silva na lista dos responsáveis técnicos da empresa.

Ademais, o fato de o nome do referido Engenheiro Mecânico ser indicado como responsável técnico no certame, aparece meramente como demonstração da plena capacidade técnica da RECORRIDA e em nada interfere na habilitação

da empresa, visto que, não só não há a exigência desse tipo profissional no referido edital, como pelo fato de todas as Certidões de Acervo Técnico apresentadas pela empresa estarem em nome do profissional David Porfírio Pereira da Silva.

Portanto, ainda que que a R. Comissão deseje desconsiderar o nome do Engenheiro Mecânico Felipe Herbet Vanderley da Silva do rol de responsáveis técnicos da empresa RECORRIDA no certame, a METAL INFRAESTRUTURA LTDA ainda contaria com todos os requisitos para a sua plena habilitação no pleito.

### **DAS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO**

A METAL INFRAESTRUTURA LTDA, vencedora do certame em epígrafe, encaminhou tempestivamente as CAT's que foram formalmente expedidas pelo CREA-AL dentro das normas vigentes, junto a toda documentação habilitatória estritamente de acordo com as exigências do subitem 8.1.1 alínea "c" do Termo de Referência que é parte integrante do Edital.

A alegação de inconformidades, incoerências e mesmo desesperadas ilações a respeito da legalidade da referida CAT não se sustenta, pois, todas as CAT's enviadas pela licitante vencedora se encontram devidamente registradas no CREA, em pleno acordo com a legislação vigente e com a comprovação de todos os quantitativos exigidos no subitem 8.1.1 alínea "c" do TR demonstrados detalhadamente em Resumo encaminhado junto a documentação de habilitação.

Em relação a CAT autorizada pela CASAL sob o N° 685703/2019, que se encontra devidamente registrada pelo CREA, se encontra devidamente assinada pelo Eng. Fiscal da obra o que atesta sem margem para dúvidas que seus serviços foram realizados em sua plenitude pela RECORRIDA.

Tanto é verdade que o próprio Engenheiro responsável pelo contrato o Dr. Luiz Emanuel de França Costa, CREA n° 020.077.214-7 encaminhou resposta (encaminhada em anexo) por solicitação desta RECORRIDA onde ratifica categoricamente que a referida CAT e seus serviços foram devidamente realizados em sua plenitude pela METAL.

Desta forma, não resta dúvidas de que a CAT N° 685703/2019, não sofreu quaisquer alterações e que seus serviços foram realizados de forma integral pela RECORRIDA, portanto não há que se falar em nulidade da mesma.

Adentrando na CAT emitida sob a anuência da própria CODEVASF sob o Nº 686617/2019, é claro e notório de que se trata de uma CAT válida, onde foram executados todos os serviços nela contidos em sua plenitude pela RECORRIDA conforme o contrato vigente. O atesto dessa lide pode ser evidenciado pela própria CODEVASF.

Desta forma, resta comprovado que todas as CAT's encaminhadas pela RECORRIDA no certa 023/2020 são verídicas e válidas, então não há que se falar em inabilitação da METAL por essa razão, visto que as referidas CAT's atendem perfeitamente o item 8.1 do Edital conforme pode ser verificado em resumo encaminhado junto à toda documentação habilitatória da RECORRIDA.

## **DO BALANÇO FINANCEIRO**

A RECORRENTE alega em seu recurso “a ausência de todos os documentos relativos ao balanço patrimonial pela empresa METAL INFRAESTRUTURA LTDA”, afirmando que a RECORRIDA não teria encaminhado a documentação exigida para sua habilitação econômico-financeira.

Neste interim, o item 12.1.4, que versa sobre os documentos de habilitação financeira, trás em seu conteúdo toda a documentação necessária para a comprovação da qualificação dos licitantes neste quesito. Vejamos:

### **12.1.4. Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;

b) Registro do capital social mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor estimado de contratação.

c) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta,

tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS – DISPONIBILIDADE INTERNA - IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou de outro indicador que o venha substituir;

c1) Observações: serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c.1.1) sociedades regidas pela Lei 6.404/1976 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou,
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

c.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.3) sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar 123/2006 - estatuto das microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

- Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou
- Fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;

c.1.4) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante;
- O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro

profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

c2) Comprovação da boa situação financeira da empresa, confirmada por meio de consulta “on line” ao SICAF, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Onde:

LG - Liquidez Geral

SG - Solvência Geral

LC - Liquidez Corrente

Ora, é cristalino, na observância da documentação encaminhada pela METAL INFRAESTRUTURA LTDA, que TODOS os documentos exigidos no item supra que são necessários para a comprovação da saúde financeira da RECORRIDA foram devidamente encaminhados em pleno acordo com o que versa o Edital.

Desta forma, a R. Comissão, ao avaliar a documentação encaminhada pela METAL, acertadamente decidiu pela habilitação da RECORRIDA não fazendo nenhuma ressalva ou diligência neste sentido.

#### **DO PEDIDO:**

Ante o exposto REQUER a parte recorrida, com fulcro nas razões lançadas acima, além de toda fundamentação legal tipificada, o recebimento, conhecimento das contra razões, e por via de consequência o improvimento do

recurso, para que seja mantida a decisão da R. Comissão que HABILITOU a licitante RECORRIDA por ter apresentado todos os subsídios documentais para comprovação de sua habilitação jurídica, técnica e financeira no certame em alinde.

Nestes termos,  
Pede deferimento.  
Maceió/AL, 05 de fevereiro de 2021.



**Eng. João Fernando Sampaio**  
Diretor Comercial  
CREA (RNY: 020247563-8  
[comercial10@grupometal.agr.br](mailto:comercial10@grupometal.agr.br)  
**METAL INFRAESTRUTURA LTDA**

**METAL INFRAESTRUTURA LTDA**  
*Recorrente*